



FILHA CASADA, FILHA ARRUMADA: A DISTRIBUIÇÃO DE DOTES DE CASAMENTO NA CONFRARIA DE SÃO VICENTE DE BRAGA (1750-1870)

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FILHA CASADA,
FILHA ARRUMADA:
A DISTRIBUIÇÃO DE DOTES
DE CASAMENTO NA CONFRARIA
DE SÃO VICENTE DE BRAGA
(1750-1870)

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

Maria da Silva “desejava melhorar a sua sorte, queria tomar estado, recebendo o Sancto Sacramento do matrimonio, mas como nada tem [...] pede que depois de informados da verdade do exposto se dignem favorecer a supplicante com o referido dote”.

FICHA TÉCNICA

Título: **Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)**

Autor: Maria Marta Lobo de Araújo

Figura da capa: Pormenor da folha de rosto dos Estatutos de 1723 da confraria de S. Vicente de Braga

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8351-07-4

Depósito Legal: 322640/11

Composição, impressão e acabamento: Candeias Artes Gráficas – Braga

Braga, Fevereiro 2011

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Abreviaturas	8
Introdução	9
Capítulo I	15
1. A confraria de São Vicente em finais do Antigo Regime	15
Capítulo II	25
1. A instituição de dotes e os dotadores	25
Capítulo III	41
1. A utilidade do dote e as estratégias desenvolvidas para a sua obtenção	41
1.1. Para que serve um dote?	41
1.2. Formas de aceder ao dote	53
Capítulo IV	59
1. As candidaturas e as órfãs	59
1.1. O processo de candidatura	59
1.2. As órfãs	66
Capítulo V	85
1. O casamento e o pagamento do dote	85
1.1. O tempo para casar	85
1.2. A actuação da confraria na atribuição dos dotes e no seu pagamento	89
Conclusão	111

Anexos	117
Documentos	118
Figuras	132
Fontes	139
Fontes Manuscritas	139
Fontes Impresas	140
Bibliografia	141
Índice de Figuras	151

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho só foi possível graças à disponibilidade demonstrada pela confraria de São Vicente, na pessoa do seu juiz, Sr. Albino Alves, por me ter deixado aceder ao arquivo da irmandade, colocando os meios necessários à minha disposição. Neste esforço de colaboração, sou ainda devedora de gratidão ao Sr. Padre José Carlos Vachina e ao Sr. José Monteiro pelas condições de trabalho que me criaram.

À Dra. Ariana Almendra agradeço o companheirismo e a ajuda prestada na selecção de parte das fontes consultadas.

Recordo também os funcionários do Arquivo Distrital de Braga, que ao longo de todos estes anos de investigação me têm recebido com cordialidade e respondido a todas as minhas solicitações.

Por fim, agradeço ao Grupo Paisagens Fronteiras e Poderes do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM), na pessoa do Doutor Francisco Mendes, por ter possibilitado esta publicação.

ABREVIATURAS

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AISV – Arquivo da Igreja de São Vicente

AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta-Guimarães

INTRODUÇÃO

O nosso estudo analisa retalhos de vidas de mulheres pobres e órfãs durante a sua juventude. Eram raparigas que pretendiam alterar o seu estado de vida através do casamento. Todavia, como não dispunham de meios suficientes para o conseguirem, pediam um dote. Sem pai e com quadros familiares em desequilíbrio, as jovens pretendiam contrair matrimónio e formar a sua própria célula familiar. Neste percurso de investigação, as mulheres ganham força enquanto sujeitos activos de caridade. Buscavam a “graça” do dote para alterar a situação em que se encontram e dar um novo rumo às suas vidas. A consciência de que sem dote, o seu caminho estava praticamente traçado e que as levava ao celibato, frequentemente associado à solidão, ao desamparo e à pobreza, fazia-as lutar para serem dotadas porque já se encontravam “prometidas” ou “juradas” e, nesta qualidade, não perderem a oportunidade que lhes surgia. Estar dotada possibilitava-lhes alcançar um melhor lugar no mercado matrimonial¹. Na procura de marido, as mulheres esgrimiam argumentos, porque tinham ao seu lado outras com os mesmos objectivos. Ter ou não dote podia fazer a diferença e ditar um percurso de vida.

O concurso a que se submetiam as candidatas aos dote de caridade, levava-as a falarem de si, descrevendo a sua situação, mas também demonstrando aspectos humanos, afectivos, familiares e estratégicos. Como outro concurso, para se obter um dote era necessário fazer valer os seus predicados, facto que levava a que as jovens desenvolvessem estratégias para demonstrarem maior mérito que as opositoras e ganharem.

A análise desta documentação ganha relevo por permitir reconstituir histórias particulares de vidas, tomando perceptível as estratégias utilizadas para conseguir o dote e derrotar as adversárias. É também interessante, porque permite entrar na

¹ Ser ou não casada ditava procedimentos e ocupação de lugares no quotidiano da Idade Moderna. Leia-se a propósito Soares, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, ICS, 1997, pp. 409-411.

intimidade das concorrentes, conhecer retalhos das suas vidas e, ao mesmo tempo, os seus anseios e parte dos seus sentimentos.

Só o estudo das petições nos possibilita a análise dessa informação. Tivemos a sorte, como já tinha acontecido no arquivo da Misericórdia de Ponte de Lima, de estudar as petições das jovens. Infelizmente a maior parte dos arquivos das confrarias está ainda por estudar, mas tanto quanto é possível saber até ao momento este tipo de documentação não abunda em muitos espólios.

Mas que dotes estavam disponíveis na confraria de São Vicente a que podiam concorrer as mulheres? Qual a importância e o significado do dote? Quem os instituiu? Quando o fez? Quem eram as candidatas ao concurso? Que estratégias desenvolviam para o alcançar? Com quem casavam? E quando é que recebiam o dote? Procuraremos dar resposta a estas perguntas, partindo das fontes disponíveis no arquivo da própria confraria e no Arquivo Distrital de Braga.

Como já referimos, trabalhámos as petições das órfãs, bem como todo o processo de dotação, embora nem para todos os casos o processo esteja completo. A confraria dispunha de livros próprios para lançar a paga e quitação das dotadas, mas infelizmente só se preserva um. A documentação encontra-se dispersa pelos livros de actas, onde se registavam as ganhadoras do concurso anual, e por maços de documentos, mas, por vezes, possuímos apenas algumas peças que não possibilitam acompanhar o caso até ao seu desfecho. Nesses casos, perdemos parte de um momento importante da história de vida da peticionária em causa, não conseguindo entender todos os meandros. Felizmente para outras, as fontes são mais pródigas e possibilitam percorrer com as jovens o itinerário que iam construindo, facilitado ou dificultado pelos irmãos da confraria. Aqueles que podiam ser os seus facilitadores, transformavam-se também em grandes empecilhos, quando não lhes pagavam os dotes com a urgência que as próprias demonstravam ter. Nesses casos estamos perante pontos de vista diferentes: enquanto para as jovens era urgente receber o dote, para a confraria, embora reconhecendo esse direito, havia que dar cumprimento às regras estabelecidas e dispor de dinheiro para liquidar a promessa.

O interesse histórico desta documentação deve ser sublinhado por permitir uma aproximação à história dos sentimentos, quer em contexto urbano, quer rural, e um aprofundamento sobre o sistema de casamento entre os grupos pobres. Simultaneamente, o facto desta documentação não se encontrar com frequência nas confrarias, confere-lhe também maior visibilidade.

Embora pobres, estas raparigas não andavam a pedir, como veremos. Uma boa parte trabalhava fora de portas, enquanto outras se ocupavam das tarefas de casa. Unia-as o facto de não terem meios suficientes para fazer face a uma vida de casada sem esta ajuda.

A prática de dotar estava inscrita nas linhas de actuação das confrarias da Idade Média². Em Braga, a irmandade de S. João do Souto distribuía dotes de casamento a raparigas pobres, no século XV³. Muitas destas instituições entregavam dotes de casamento a órfãs, ao lado do exercício de outras obras de caridade⁴.

Embora estas instituições tenham cumprido várias obras de caridade ao longo da Idade Média, com a Reforma da igreja romana e com o surgimento das Misericórdias, as restantes confrarias centraram mais a sua acção no culto, na promoção de actos religiosos e na assistência à alma. Mesmo assim, permanecem casos onde perdurou a assistência corporal para além da assistência à alma. Apesar de todas as confrarias dedicarem grande importância à salvação da alma, este objectivo era central nas associações dedicadas à invocação das Almas. Como se tem vindo a demonstrar em trabalhos mais recentes, apesar de ter diminuído significativamente o desempenho das confrarias no campo da assistência ao longo da Idade Moderna, ele não desapareceu.

A dotação de órfãs para casar, a dádiva de esmolas aos pobres, irmãos ou não e a assistência a presos, quase sempre confrades, mantiveram viva uma tradição nas confrarias que já vinha do Período Medieval.

Para além das confrarias, também as Ordens Terceiras assistiam pessoas pobres, sobretudo irmãos, mas não só. Sabemos que a Ordem Terceira de S. Francisco do Porto também se envolveu na entrega de dotes de casamento a órfãs, cumprindo legados de vários benfeitores ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nessa instituição, os dotes eram distribuídos a filhas de irmãos ou a familiares dos legatários ou ainda a outras raparigas que cumprissem os critérios estipulados⁵.

A escassez de estudos monográficos sobre o movimento confraternal e das Ordens Terceiras no nosso país aconselha prudência na avaliação do seu desempenho no campo social, pois o desconhecimento das suas práticas é ainda significativo.

Embora a cidade de Braga conheça estudos importantes sobre a sua história da Idade Moderna e a Misericórdia tenha também sido objecto de vários trabalhos,

² Leia-se Vinyoles i Vidal, Teresa Maria, “Ajudas a donzelas a maridar”, in *La pobreza y la asistencia a los pobres en la Cataluña medieval*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1980, pp. 295-371.

³ Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Revista Cultural Bracara Augusta*, vol. XXXVI, n.ºs 81-82 (94-95), 1982, p. 83.

⁴ A propósito das obras de caridade praticadas pelas confrarias na Idade Média veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, “Parte I – De 1498 a 1750”, in Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *Breve História das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2008, pp. 7-17.

⁵ A propósito dos dotes distribuídos por esta Ordem veja-se Barreira, Aníbal José de Barros, *A Assistência Hospitalar no Porto 1750-1850*, Porto, Faculdade de Letras, 2002, p. 101, dis. de doutoramento policopiada.

é preciso continuar a analisá-la em outras vertentes que possam esclarecer e aprofundar o sistema de assistência local⁶.

É hoje sobejamente conhecido que as Misericórdias desempenharam um papel activo na distribuição de dotes para casar órfãs⁷. Também os bispos contribuíram para que as raparigas órfãs não caíssem na prostituição e se casassem, dando-lhes dotes⁸.

O envolvimento de particulares, normalmente deixando verbas para que os seus testamenteiros pagassem dotes de casamento, demonstra igualmente a vontade de contribuir para o matrimónio de quem não tinha dote e desejava uma vida conjugal recomendada pela igreja católica⁹. Foram, por conseguinte, várias as instituições que intervieram neste assunto, mas também particulares e religiosos estiveram envolvidos na assistência matrimonial a jovens órfãs pobres.

O nosso trabalho divide-se em cinco capítulos onde se procura abordar a distribuição de dotes de casamento, deixados à confraria de São Vicente de Braga, em meados do século XVIII, por dois homens ricos.

No primeiro capítulo, retratámos a confraria durante a segunda metade do sé-

⁶ A Ordem Terceira de São Francisco da cidade de Braga para além de ajudar os irmãos, assistia também pobres que não lhe pertenciam. Em 1755, na sequência do terramoto de 1 de Novembro, os irmãos saíram várias noites para fazer via-sacra. No dia 11 desse mês levaram “esmollas aos prezos da Cadeya e do Aljube”, demonstrando as privações sentidas por estes pobres, mas igualmente a ajuda de que eram alvo. ADB, Thadim, Manoel Jozé da Silva, *Diario Bracarense*, Ms. 1054, fl. 386.

⁷ Leia-se entre outros trabalhos Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 197-204; Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 120-122; Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 106-109; Lopes Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*, Vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 803-876; Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 89-95, 175-184; Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 225-256; Reis, Maria de Fátima, “Caridade e clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade”, in Abreu, Laurinda (Ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 315-322. Silva, António Magalhães Ribeiro da, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2009, dis. de doutoramento policopiada; as Introduções dos volumes 3, 4, 5, 6, 7 e 8 de *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* e os meus próprios. Em algumas teses de mestrado a problemática dos dotes encontra-se também analisada.

⁸ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Aos pés de Vossa Alteza Serenissima”: as pobres do Arcebispo Bracarense D. José de Bragança”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), 2002, pp. 104-114.

⁹ A propósito do papel dos particulares na distribuição de dotes leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotar para casar: os dotes e as órfãs do padre Francisco Correia da Cunha (1750-1890)”, in *Ler História*, 44 (2003), pp. 61-82.

culo XVIII, data em que recebeu os legados para casar raparigas pobres. Instituição de posses e com um alargado número de fiéis, a confraria de São Vicente tinha no culto ao santo padroeiro uma das suas principais actividades, muito embora o seu desempenho extravasasse as funções religiosas. Esmolava pobres, dotava órfãs para casar, emprestava muito dinheiro a juro, possuía uma intensa actividade de acompanhamento fúnebre e promovia várias celebrações festivas ao longo do ano.

Governada por uma Mesa, a instituição convivía com outras congéneres na sua igreja e dividia o universo de fiéis com várias dezenas de irmandades que continuavam a existir na Braga setecentista.

Os dotadores e as dotadas analisam-se no segundo capítulo. Procurou-se conhecer os dois instituidores e traçar o seu perfil sociológico. Neste esforço de conhecimento, ficou-nos a vontade de reservar um maior investimento em termos de investigação ao aprofundamento dos itinerários de alguns homens, não apenas dentro das instituições onde militavam, mas também no campo assistencial.

Ricos e preocupados com a salvação da alma, os benfeitores mostraram-se magnânimes na ajuda às mulheres em idade de matrimónio, que sendo pobres não tinham dotes, suas familiares ou não. Fizeram-no de forma semelhante porque almejavam alcançar o mesmo objectivo: Custódio Dias Peixoto e António Francisco Portela decidiram ajudar as suas parentes, mas também outras mulheres, embora as familiares precedessem às restantes. A semelhança continua no número e quantitativo do dote: ambos estabeleceram a determinação de um dote anual, com apenas 10 mil réis de diferença. O de António Portela ascendia a 50 mil réis, enquanto o de Custódio Peixoto ficava-se pelos 40 mil réis.

Seguidamente, estuda-se a utilidade do dote e as estratégias desencadeadas pelas raparigas para o obterem. Actuando com critérios que os instituidores determinaram, a confraria não tinha muita margem de manobra, todavia, existia sempre espaço para arbitrar e, não raras vezes, se perceberam outros critérios que privilegiaram quem devia esperar. Como só uma era beneficiada por ano em cada um dos dotes e a procura era grande, era necessário ser rigoroso para evitar injustiças.

Desconhecemos desde quando a irmandade iniciou uma interpretação muito peculiar e polémica da dotação. Provavelmente, para evitar discórdias, a partir de determinada altura passou a contemplar todas as concorrentes, estabelecendo *rankings* entre elas, sendo certo que só uma de cada dotador era agraciada anualmente. Ora, se resolvia o problema num primeiro momento, fazia-o transitar para um segundo, na medida em que as jovens iam casando e necessitavam do dinheiro. Avolumava-se, desta forma, todos os anos os dotes em dívida e o número de casais que reclamavam o pagamento, porque tinham filhos e vida montada, precisando do dinheiro.

Importante para conseguirem casamento, ter ou não dote podia determinar o futuro da mulher. Por essa razão, elas desejavam ser dotadas para “arrumar” as suas vidas.

No capítulo quarto, analisamos os processos de candidatura e as concorrentes. Como cada uma precisava de efectuar uma propositura, a irmandade recebia anualmente, depois de publicitar o concurso, muitos processos de candidatura. A instrução era diferente, envolvendo maior complexidade os processos dirigidos aos dotes de António Portela, por ser necessário juntar árvore genealógica e testemunhas. Como as concorrentes aos dotes de Custódio Peixoto não eram maioritariamente suas familiares e eram conhecedoras dos irmãos, porque quase todas viviam na freguesia de São Vítor, onde estava instalada a confraria, o processo era mais simples.

Provenientes de distintos locais, as dotadas tinham também profissões diferentes. Enquanto as candidatas aos dotes de Custódio Peixoto eram de Braga, ocupando-se nos serviços de casa ou sendo criadas de servir, casaram-se quase todas com homens dos ofícios, as de António Portela eram maioritariamente lavradeiras e contraíram matrimónio com homens que trabalhavam também no campo.

Por fim, abordamos o tempo para casar e o pagamento dos dotes. Como quase todas se diziam “juradas” ou “apalavradas”, os casamentos ocorriam pouco tempo após a dotação, mas somente depois de terem autorização da confraria para se receberem. O processo era controlado pela instituição e a notícia muito mal recebida pelos irmãos, quando assim não acontecia. Como conheciam as regras e não desejavam ser punidas, as raparigas cumpriam as ordens e esperavam que lhes marcassem datas quer para o matrimónio, quer para receber o dote.

Até ao começo do século XIX o pagamento dos dotes fez-se sem grandes problemas, embora houvesse já espera por parte das mulheres casadas. Nos inícios de oitocentos, a confraria envolveu-se em sarilhos devido à prática instalada de prover todas as candidatas e de as fazer esperar muitos anos até serem pagas. Por outro lado, quando confrontados com a reivindicação das mulheres, que se viam impossibilitadas de receber aquilo a que tinham direito, numa altura de forte crise, os mesários sem saber como resolver o imbróglie, pediram pareceres a peritos e viram-se envolvidos num processo judiciário, no Tribunal da Relação da cidade. Perante o sucedido, a instituição suspendeu a dotação até melhor esclarecimento. Tempos difíceis que levaram a confraria a questionar a sua própria actuação e a rever as suas práticas. Depois do assunto resolvido, a instituição prosseguiu com a dotação, pelo menos até finais do século XIX, altura em que a procura dos dotes estava em franco declínio.